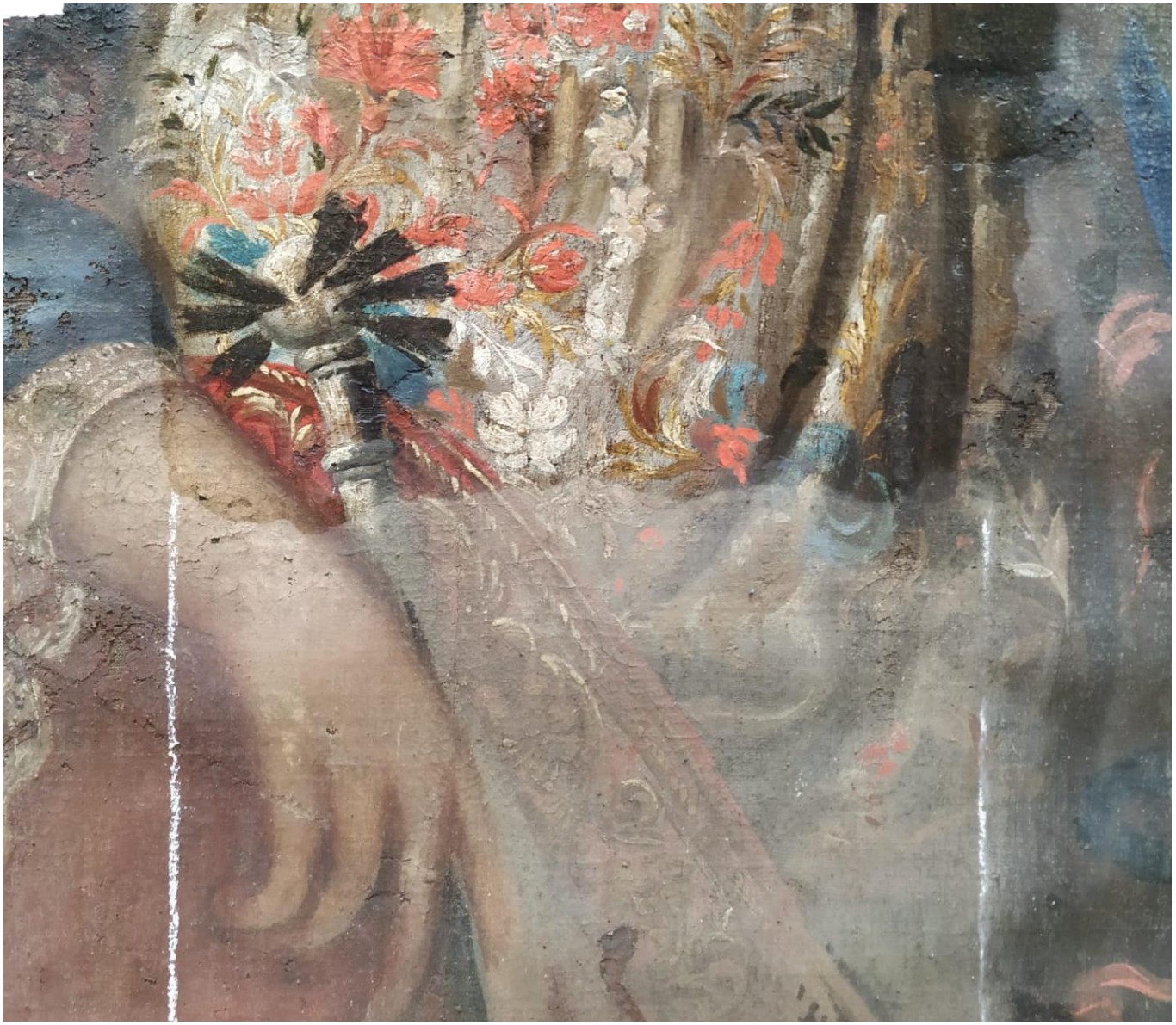


A Conservação e Restauro em Portugal em tempos de Pandemia

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSERVADORES RESTAURADORES DE PORTUGAL

LISBOA
2020

ARP | Rua Fialho de Almeida, nº 14 - 2º Esq. Avenidas Novas, 1070-129 Lisboa, Portugal

Conteúdo

Empresas singulares e colectivas 4
1.1 Caracterização 7
1.2 Análise 10
1.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19 12
1.3 Análise 15

Força Laboral 16
3- Trabalhadores por conta de outrem 19
3.1 Caracterização do Sector 19
3.2 Análise 21
3.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19 23
3.4 Análise 25
4- Trabalhadores Independentes 27
4.1 Caracterização do Sector 27
4.2 Análise 30
4.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19 32
4.4 Análise 34
5- Trabalhadores do Estado 36
5.1 Caracterização do Sector 36
5.2 Análise 37
5.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19 38
5.4 Análise 39

Enquadramento

O presente documento resulta de um inquérito promovido pela Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal, entre 08 de Maio e 04 de Junho de 2020, que se propôs avaliar o impacto da pandemia provocada pela COVID-19 no sector da conservação e restauro, mais concretamente no período em que vigorou o Estado de Emergência (entre 18 de março e 02 de maio de 2020), decretado pelo Governo de Portugal. A par disso propôs-se também recolher elementos quantitativos e qualitativos que permitissem aprofundar o conhecimento sobre o sector económico da conservação e restauro, e sobre os diferentes agentes que nele intervêm.

O inquérito dividiu-se em quatro grupos distintos, a saber: i.) «Prestadores de Serviços»; ii.) «Trabalhadores do Estado (Funcionários Públicos)»; iii.) «Trabalhadores por Conta de Outrem»; iv.) «Empresas Singulares e Colectivas».

Os resultados que se apresentam a seguir resultam do tratamento dos dados recolhidos no âmbito dos 85 inquéritos recebidos.

Para uma melhor compreensão sobre o impacto da pandemia provocada pela COVID-19 no sector da conservação e restauro, e as transformações daí decorrentes, a ARP prevê a realização de um segundo inquérito no início de 2021, reproduzindo parte da estrutura adoptada neste primeiro momento, mas também a informação já recolhida, conclusões preliminares, e aspectos metodológicos passíveis de serem melhorados.

Conservação e Restauro

Empresas singulares e colectivas

17 respostas

O inquérito foi respondido por um total de 17 empresas, podendo considerar-se a amostragem como representativa da realidade empresarial do sector da conservação e restauro. Partindo das respostas obtidas, resulta um retrato caracterizado por estruturas empresariais onde predominam as sociedades unipessoais e empresários em nome individual, remetendo este aspecto para uma realidade empresarial constituída quase exclusivamente por micro-empresas – situando-se as poucas excepções na categoria de pequenas empresas, se considerado o indicador «número de trabalhadores».

As empresas no sector da conservação e restauro tendem a apresentar uma longevidade baixa (com um número reduzido de empresas a registarem uma longevidade superior a 20 anos), estruturas caracterizadas pela polivalência dos seus elementos (em termos de gestão), políticas salariais caracterizadas pelos baixos vencimentos (se considerarmos as respostas dos inquéritos dirigidos a prestadores de serviços e trabalhadores por conta de outrem), e com predominância da prestação de serviços, enquanto relação laboral.

Os intervalos de facturação mais representativos situam-se abaixo dos 150 000,00€, sendo que apenas 12,5% das empresas que responderam apresentam valores acima dos 500 000,00€. Partindo da definição do INE, e dos rácios estabelecidos entre volume de facturação e número de trabalhadores, nenhuma das empresas apresenta um volume de facturação próximo do limite máximo definido para a categoria de micro-empresas (situado nos 2 000 000,00€) – este aspecto remete para uma actividade económica frágil, e com um impacto pouco expressivo na economia do país, apesar da sua relevância para a sociedade.

Ao nível da caracterização da actividade e económica, os 18 Códigos de Actividade Económica (CAE) presentes no inquérito – que correspondem aos códigos associados a actividades no âmbito da conservação e restauro –, e as respostas registadas na grande maioria, reflectem a dispersão da conservação e restauro pelos vários sectores da actividade económica, e ilustram a dificuldade na recolha de dados sobre o sector.

Por último, refira-se que um quarto das empresas possui uma outra área de actividade que não a conservação e restauro (o que ilustra as dificuldades do mercado), e que 68,8% das empresas responderam possuir alvará da 10ª subcategoria. Este aspecto pode estar relacionado com dois factores distintos (em associação ou isoladamente): **i.** o peso que a área da reabilitação arquitectónica passou a assumir para as empresas do sector – recorde-se que em 2015, e no âmbito do artigo realizado pela ARP «*Os procedimentos concursais de Conservação e Restauro em Portugal: principais aspectos associados e aplicação da legislação*», os procedimentos em conservação e restauro assumiam um peso de 56% na actividade das empresas, e os procedimentos na área da reabilitação arquitectónica 22%. Os dados recolhidos no presente inquérito parecem apontar para uma inversão desta realidade, com os trabalhos na área da construção a suplantar os trabalhos de conservação e

restauro noutros sectores de actividade. **ii.** o peso dos procedimentos por via da contratação pública, e em particular as intervenções em património edificado e/ou integrado, classificado.

Impacto do "Estado de Emergência" Provocado pela COVID-19 | Resumo

A grande maioria das empresas (um total de 81,3%) não recorreu a qualquer medida lançada pelo governo no âmbito da pandemia. Das medidas propostas, a mais representativa correspondeu ao fracionamento do pagamento do IVA (com a adesão de 12,5% das empresas). Apesar de 74,8% das empresas terem tido perturbações significativas na sua actividade (considerando «paragem parcial» e «paragem total»), e de 65,5% terem registado quebras na facturação entre 40-80%, apenas 18,7% foram abrangidas por medidas lançadas pelo Estado.

Partindo dos números anteriores e da informação produzida durante o Estado de Emergência pelo Governo, pode-se concluir o seguinte: i.) as linhas de apoio à economia lançadas pelo Governo no âmbito da pandemia não contemplaram o sector do património cultural – este facto atesta-se pela não elegibilidade dos CAE nas várias linhas de crédito criadas para o efeito[1]; ii.) a única linha de crédito que esteve acessível para as empresas na área do património cultural foi a linha de crédito capitalizar (que já se encontrava em vigor antes da pandemia, tendo sido prorrogada até Maio de 2020 por força da mesma); iii.) os apoios pedidos pelas empresas relacionaram-se maioritariamente com as obrigações contributivas, tendo sido diminuto o número de empresas que recorreram ao lay-off.

Das empresas que concorreram aos apoios lançados pelo Governo, apenas metade teve resposta favorável e um terço viu os pedidos rejeitados. Para além destes números reforçarem o pouco impacto que as medidas tiveram no sector, a burocracia associada aos processos de candidatura poderá ter tido também um efeito dissuasor, num tecido empresarial caracterizado por empresários em nome individual e sociedades unipessoais.

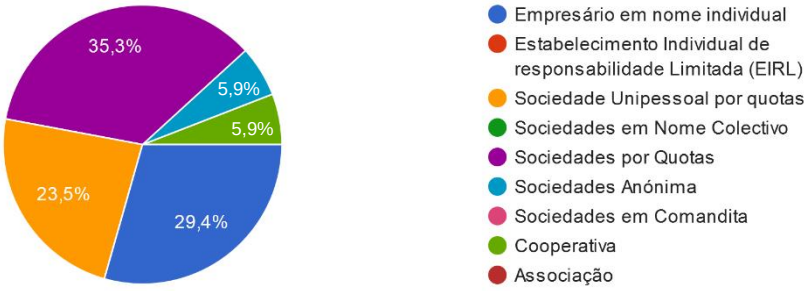
Por último, e no âmbito da tipologia de clientes das empresas de conservação e restauro, durante o período de pandemia, as empresas públicas ou privadas no sector do património, e os privados assumiram-se como os contextos de maior actividade, seguidas das Misericórdias e outros organismos ligados à Igreja. Refira-se a menor representatividade assumida neste contexto pelos vários organismos do Estado, passível de ser explicado pelo encerramento das instituições durante o período em que vigorou o Estado de Emergência, e pelo menor peso que assumem na actividade global das empresas.

[1] Na Secção R dos Códigos de Actividade Económica («Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas»), onde se incluem as actividades relacionadas com o património cultural, as únicas actividades elegíveis no âmbito da mesma foram Agências de Viagem, Animação Turística, e Organizadores de eventos e similares.

1.1 Caracterização

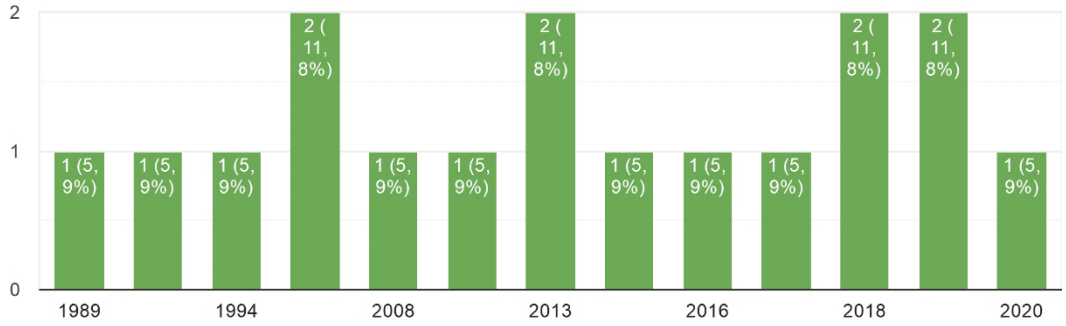
1- Características Jurídica:

17 respostas



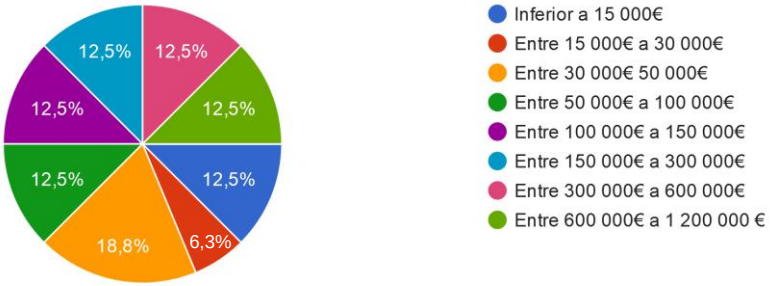
2- Ano de constituição da empresa

17 respostas

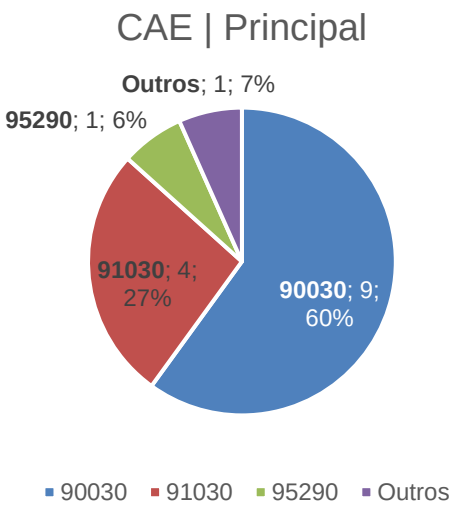


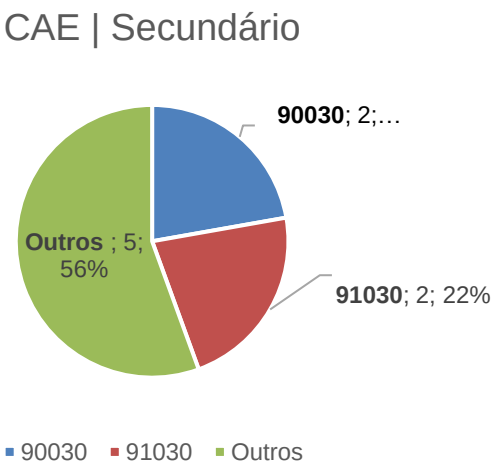
4- Volume de facturação anual (referente a 2019)

16 respostas

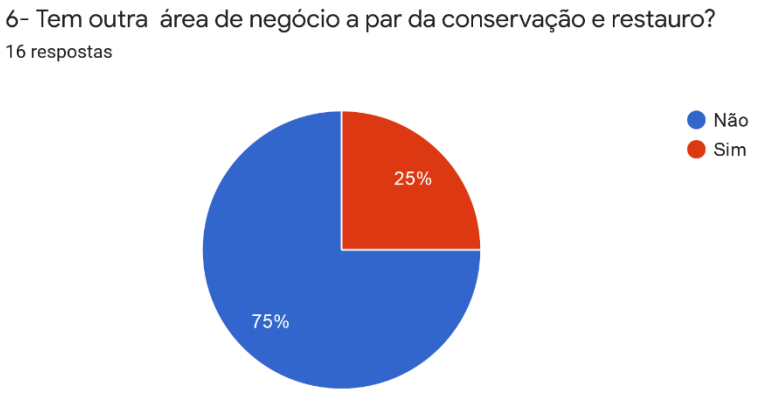


5- Indique o CAE principal, e caso tenha CAE secundário



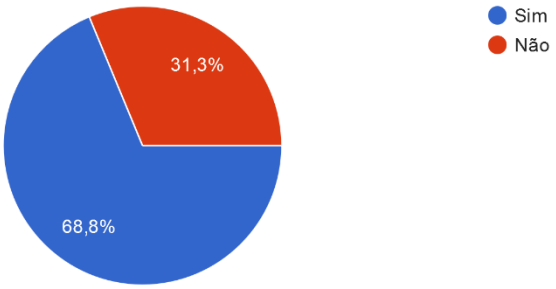


90030 - Criação Artística e Literária | 91030 - Actividades dos Sítios e Monumentos Históricos | **95290** - Reparação de Outros Bens de Uso Pessoal e Doméstico.



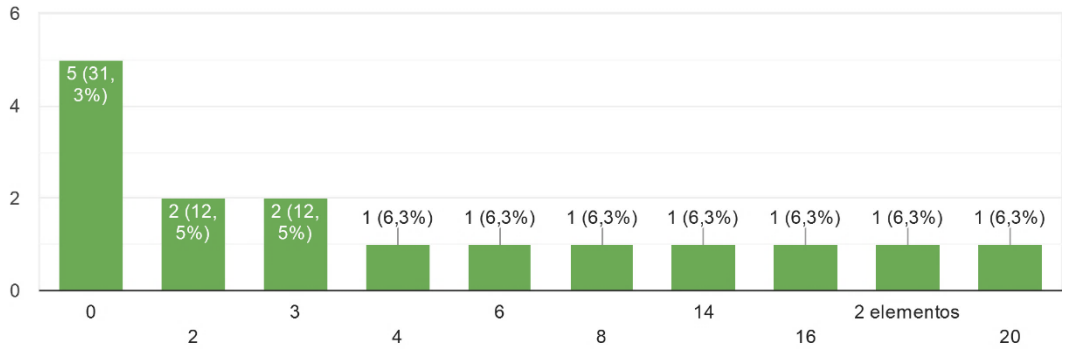
7- Indique se possui o Alvará da 10º subcategoria (restauro de bens imóveis historico-artísticos) da 1ª categoria (Edifícios e património construído)

16 respostas



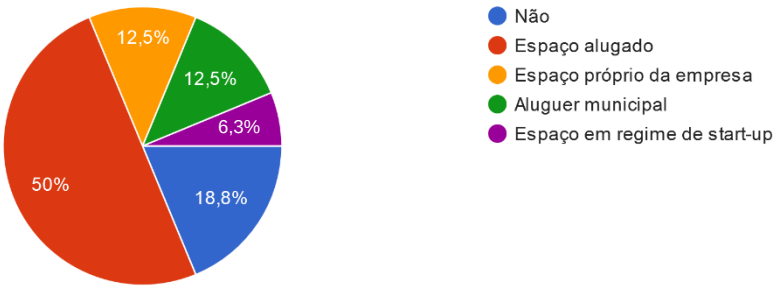
8- Em média quantos trabalhadores com vínculo contratual teve em 2019, e até ao início do estado de emergência?

16 respostas



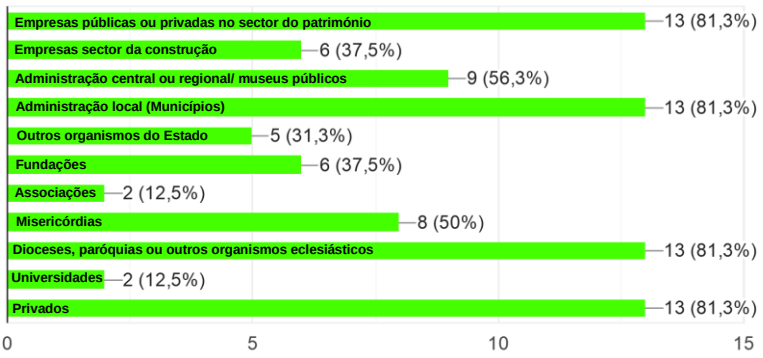
9- A empresa tem local fixo de trabalho?

16 respostas



10- Tipologia de clientes principais (resposta multi-opcional)

16 respostas



1.2 Análise

- As respostas recolhidas reflectem um universo empresarial constituído exclusivamente por micro-empresas e pequenas empresas[2]. Fazendo uma análise centrada no volume de facturação, a totalidade das empresas surge inserida na categoria «microempresas»; fazendo uma análise centrada no número de colaboradores, 18,75% (3) das empresas entrariam na categoria de «pequenas empresas» e 81,25% (13) na categoria de «microempresas».

- A mostragem empresarial reproduz estruturas constituídas maioritariamente por uma pessoa (52,9%/ 9) e associadas às tipologias «Sociedade Unipessoal por Quotas» e «Empresário em nome individual». 35,3% (6) correspondem a «Sociedades por quotas», 5,9% (1) a «Sociedades Anónimas» e 5,9% (1) a «Cooperativas»

- A categoria que recolheu mais respostas (18,8%/ 3), em termos de volume de facturação, corresponde a valores entre 30 000,00€ e 50 000,00€, sendo que 62,5% (10) das empresas que responderam, apresentam um volume de facturação inferior a 150 000,00€. Apenas 37,5% (6) das empresas apresentam um volume de facturação superior a 150 000,00€, e 12,5% (2) acima dos 500 000,00€[3].

- 82,3% (14) das empresas que responderam apresentam uma longevidade igual ou inferior a 20 anos e apenas 17,6% (3) apresentam longevidade superior a 20 anos. Estes dados são passíveis de remeter para uma realidade empresarial frágil, atestado ainda pelo volume de facturação anual baixo e pelo aparente sobredimensionamento das estruturas empresariais – partindo da relação definida pelo INE para as diferentes categorias, entre facturação e número de trabalhadores[4].

[2] Microempresas - intervalo definido por um volume de facturação até 2 milhões e um número inferior a 10 trabalhadores; pequenas empresas - intervalo definido por um volume de facturação entre 2-10 milhões e um número entre 10-50 trabalhadores

[3] A reduzida dimensão das empresas, a baixa facturação, a diversificação das áreas de negócios e as responsabilidades e obrigações que as empresas portuguesas tem de cumprir perante o Estado, manifestam-se numa grande pressão sobre estes empresários que com estruturas diminutas são condicionados a funcionar como estruturas empresariais mais complexas.

[4] (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=64092016&FAQSmodo=1&xlang=pt)

- O CAE principal mais representativo corresponde ao CAE 90030 (que não é um CAE na área do património cultural mas da criação artística) tendo recolhido 50% (9) das respostas, seguido do CAE 91030 (o único que poderia descrever o sector do património) com 22% (4) das respostas. No total foram assinalados 8 CAE, distribuídos por 3 sectores económicos distintos: manufactura, construção e artes.

- 81,21% (13) das empresas tiveram em 2019 menos de 10 trabalhadores com vínculo contratual, sendo que a categoria mais expressiva correspondeu a 0 vínculos contratuais 31,3% (5). Só 18,75% (3) das empresas possuíram mais de 10 colaboradores, definindo-se assim uma realidade composta exclusivamente por microempresas e pequenas empresas no sector empresarial da conservação e restauro (partindo da amostragem).

- 68,8% (13) das empresas possuem alvará da 10ª subcategoria, e 31,3% (5) não possuem – este aspecto sustenta o peso que o sector da reabilitação parece assumir na actividade das empresas.

- 75% (12) das empresas desenvolvem a sua actividade unicamente na área da conservação e restauro, e 25% (4) tem outra área de negócio a par daquela.

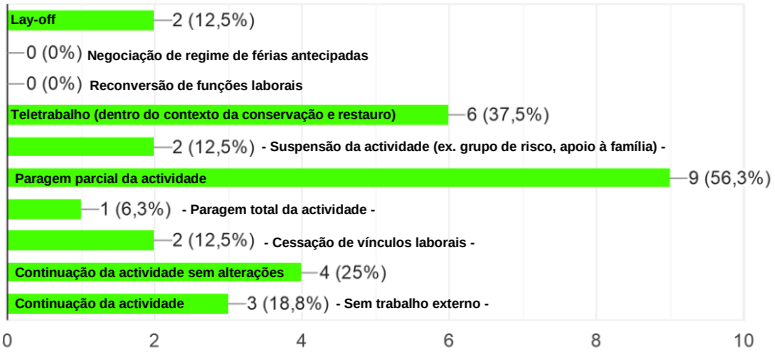
- 50% (8) das empresas desenvolve a sua actividade em espaço alugado. Refira-se ainda que 18,8% (3) das empresas não possuem espaço de trabalho, remetendo para um contexto de mobilidade associado à prática empresarial.

- As empresas públicas ou privadas no sector do património, a administração local, as dioceses, paróquias ou outros organismos eclesiásticos e os privados, assumem-se como os principais clientes das empresas do sector da conservação e restauro.

1.3- Impacto do "Estado de Emergência" Provocado pela COVID-19

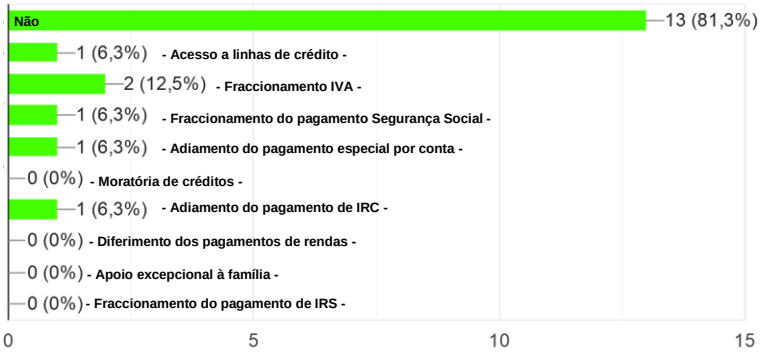
11- Impacto na actividade laboral (resposta multiopcional)

16 respostas



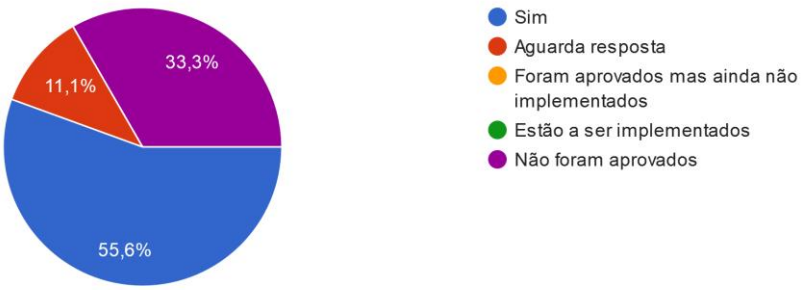
12- Recorreu a algumas medidas lançadas pelo governo para minimizar os efeitos do impacto do "Estado de Emergência" provocado pela COVID-19? (resposta multi opcional)

16 respostas



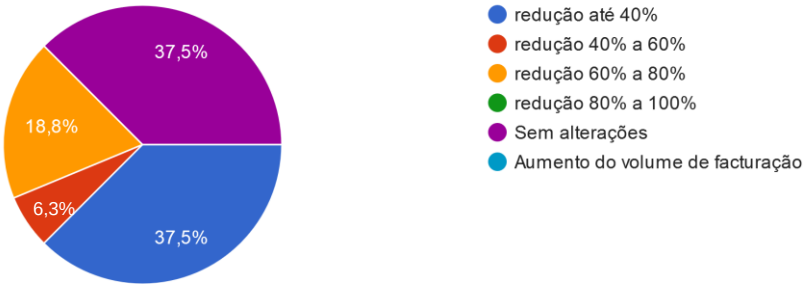
13- Os apoios previstos já foram implementados ou aprovados à data do questionário?

9 respostas



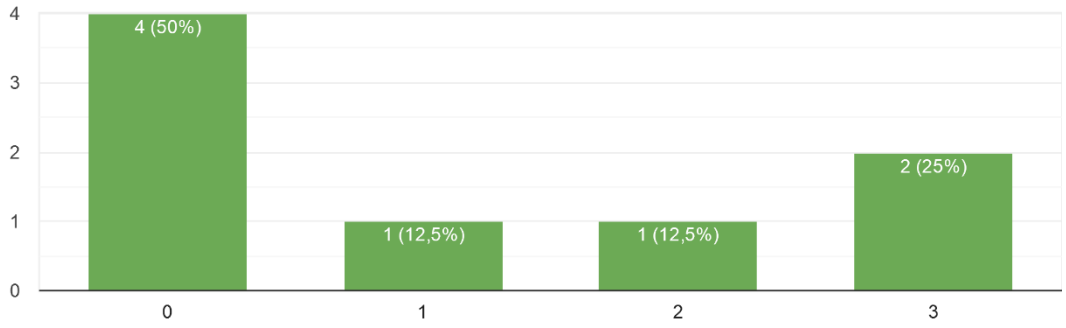
14- Qual o impacto na facturação durante o estado de emergência em relação ao período homólogo de 2019?

16 respostas



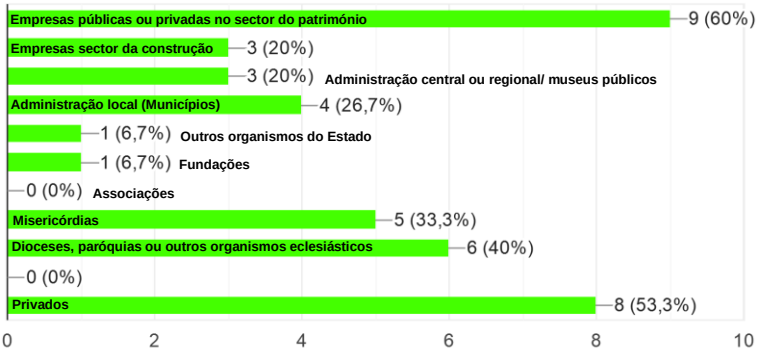
15- Foram dispensados trabalhadores com vínculo contratual/ colaboradores neste período? Se sim, indique quantos

8 respostas



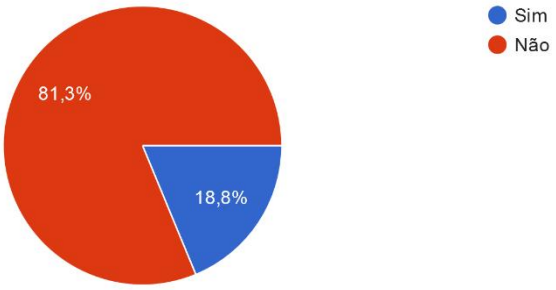
16- Tipologia de clientes durante o estado de emergência (resposta multi-opcional)

15 respostas



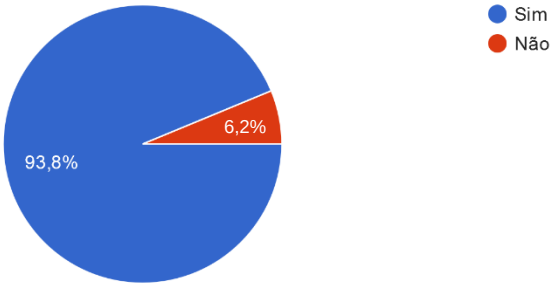
17- Utilizou este período para formação profissional da equipa?

16 respostas



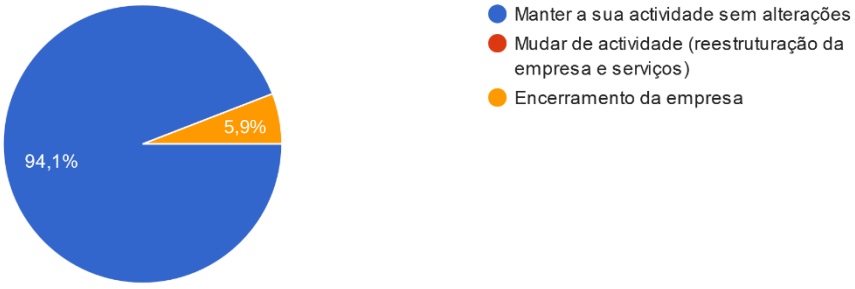
18- Adoptou medidas com vista a reduzir os riscos da COVID-19, no(s) contexto(s) onde desenvolve a actividade?

16 respostas



19- Decorrente do impacto sofrido pela crise considera?

17 respostas



1.3 Análise

- No âmbito da pandemia, apenas 25% (4) mantiveram a actividade sem alterações, com 75% das empresas a registarem alterações na sua actividade, que variaram entre paragem total da actividade, lay-off, teletrabalho, paragem parcial.

- Um total de 81,3% (13) das empresas não recorreu a qualquer medida lançada pelo governo no âmbito da pandemia. Das medidas propostas, a mais representativa correspondeu ao fracionamento do pagamento do IVA, com a adesão de 12,5% das empresas.

- 62,5% (10) das empresas sofreu uma redução no volume de facturação entre 40-80%, quando em comparação com o período homólogo de 2019. 37,5% das empresas não sofreu qualquer alteração na facturação.

- Apesar de 74,8% das empresas terem tido perturbações significativas na sua actividade (considerando «paragem parcial» e «paragem total»), e de 65,5% terem registado quebras na facturação entre 40-80%, apenas 18,7% foram abrangidas por medidas lançadas pelo Estado – números que parecem estar relacionados com a não elegibilidade das empresas do sector, no âmbito dos vários apoios lançados pelo Estado.

- 50% (4) das empresas não enquadras na categoria de empresários individuais e sociedades unipessoais, não dispensaram colaboradores durante o período em que vigorou o Estado de Emergência, com as restantes empresas a dispensarem colaboradores durante o mesmo.

- O número de empresas que utilizou o período em que vigorou o Estado de Emergência para formação dos seus colaboradores foi reduzido, verificando-se apenas em 18,8% dos casos (3). 81,3% não realizou formação.

- À data da resposta do questionário 93,8% (15) das empresas tinha já implementado medidas com vista a reduzir os riscos da COVID-19 no âmbito da actividade desenvolvida, e apenas 6,3% (1) não tinha implementado qualquer medida.

- Decorrente do impacto sofrido pela crise, a maioria das empresas optou por manter a sua actividade sem quaisquer alterações (94,1%/ 16) e apenas 5,9% (1) pondera o encerramento.

Conservação e Restauro

Força Laboral

Caracterização do Sector | Resumo

O universo de trabalhadores que constituem o sector da conservação e restauro é maioritariamente constituído por indivíduos do sexo feminino, variando entre 75% e 84,2%, nos três segmentos analisados («trabalhadores independentes», «trabalhadores por conta de outrem» e «trabalhadores do Estado»). Correspondem a uma faixa etária jovem, com excepção dos trabalhadores do Estado, onde predominam as faixas etárias mais altas (e sem qualquer representação da faixa etária entre os 20-30 anos).

Predominam os profissionais com 5 anos de formação superior, correspondendo estes a 80,13% das respostas, e nesse âmbito predominam as formações superiores anteriores à implementação do processo de Bolonha – com excepção dos trabalhadores independentes onde predominam os profissionais com formação de 5 anos posterior à implementação do processo de Bolonha. Os técnicos com formação profissional (até nível 5 QEQ), representam cerca de 10% do sector.

As modalidades de trabalho «prestação de serviços» e «trabalho por conta de outrem», absorvem os técnicos associados às faixas etárias mais baixas (20-30/ 31-40 anos), e no Estado encontra-se a maior percentagem de trabalhadores acima dos 40 anos – a permanência na profissão e o desenvolvimento de uma carreira na área, parecem estar assim ligadas à obtenção de um vínculo no sector do Estado, associando-se uma maior probabilidade de abandono da profissão com a permanência em regimes de trabalho fora desse contexto.

O envelhecimento dos profissionais ligados ao sector do Estado assume-se como outra das conclusões dos dados recolhidos. Este facto, associado à inexistência de representação de jovens profissionais (20-30 anos), e a um valor baixo de profissionais entre os 30-41 anos, remete para o risco de perda de conhecimento pela impossibilidade de transmissão do mesmo entre os profissionais ainda no activo mas já próximos da idade da reforma, e os profissionais em início de carreira.

Os dados recolhidos no âmbito dos profissionais que trabalham em regime de prestação de serviços e enquanto trabalhadores por conta de outrem, remetem para uma realidade onde prevalecem os vencimentos abaixo dos 12 500,00€ anuais - verificando-se, contudo, diferenças nos números associados aos vencimentos acima dos 15 000,00€, com os trabalhadores por conta de outrem a assumirem uma representatividade 3 vezes superior aos trabalhadores em regime de prestação de serviços, nesse contexto. Ilustram também um contexto laboral marcado pela precariedade e por vínculos laborais que conferem uma baixa segurança no emprego.

Os empregadores/ clientes mais representativos surgem associados ao sector privado, assumindo-se as empresas, fundações, organismos eclesiásticos e particulares como os mais representativos. De referir ainda o peso reduzido na contratação e na prestação de serviços, por parte da administração central e local e outros organismos do Estado.

Relacionado com a caracterização da actividade económica associada à conservação e restauro, e partindo dos dados obtidos no inquérito respondido pelos prestadores de serviço, verifica-se também neste contexto a impossibilidade de extrair dados estatísticos sobre o sector, à semelhança do que aconteceu com as empresas singulares e colectivas. Os profissionais que se encontram com obrigatoriedade de registo CAE ou CIRS, encontram-se inseridos em códigos generalistas (p.e: 1519 – Outros prestadores de serviços) ou em actividade que nada têm a ver com o sector do património cultural (p.e: 43992 – Outras actividades especializadas de construção). Apenas uma pequena percentagem se encontra registada em códigos na área do património.

Impacto do "Estado de Emergência" Provocado pela COVID-19 | Resumo

No âmbito da pandemia o impacto assumido na profissão foi significativo. Apenas 16,7% dos trabalhadores independentes mantiveram a sua actividade sem alterações, descendo esse número para 12,5% no caso dos trabalhadores por conta de outrem. Os funcionários do Estado passaram a operar em regime de teletrabalho, na sua maioria (73,3%) – relacionando-se estes números com o encerramento das instituições públicas.

Nos vínculos mais precários (trabalhadores independentes) um total de 50% dos inquiridos recorreu a apoios lançados pelo Estado, e desses apenas 7,1% teve pronunciamento negativo relativamente à candidatura apresentada. Os números descem drasticamente nos trabalhadores por conta de outrem, onde apenas 16,7% dos trabalhadores receberam apoios.

Na generalidade, as instituições onde os profissionais desenvolvem a respectiva actividade profissional implementaram planos de contingência, relacionados com a pandemia. Foi no contexto dos trabalhadores por conta de outrem que os mesmos assumiram maior impacto - muito provavelmente por muitos destes desenvolverem a sua actividade em contexto empresarial, com maiores exigências determinadas pela prestação de serviços, e necessidade de encontrar soluções para a não interrupção da actividade.

Refira-se, por último, o número reduzido de trabalhadores que utilizaram o período da pandemia para formação, e o elevado número de profissionais no segmento dos trabalhadores independentes, que pensa em mudar de actividade profissional, decorrente do impacto sofrido na profissão, devido à COVID-19.

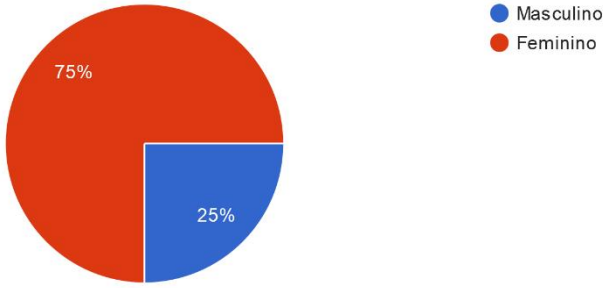
3- Trabalhadores por conta de outrem

24 respostas

3.1 Caracterização do Sector

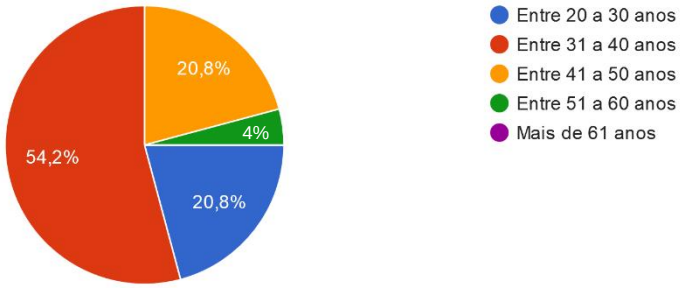
1- Sexo

24 respostas



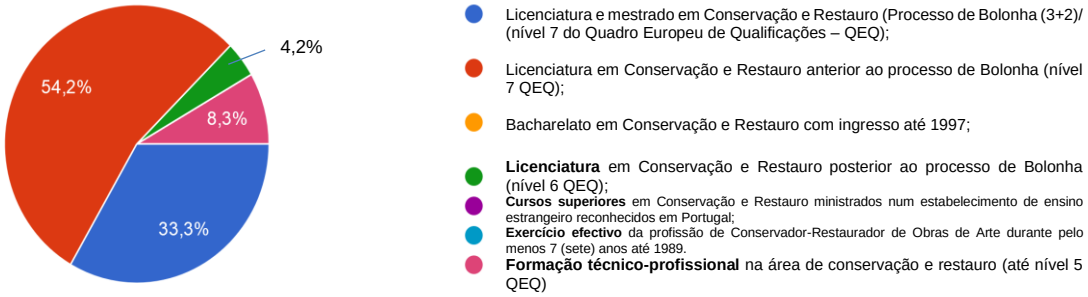
2- Idade

24 respostas



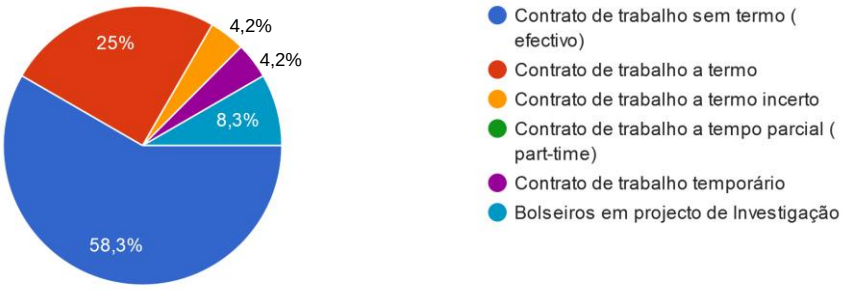
3- Habilitações

24 respostas



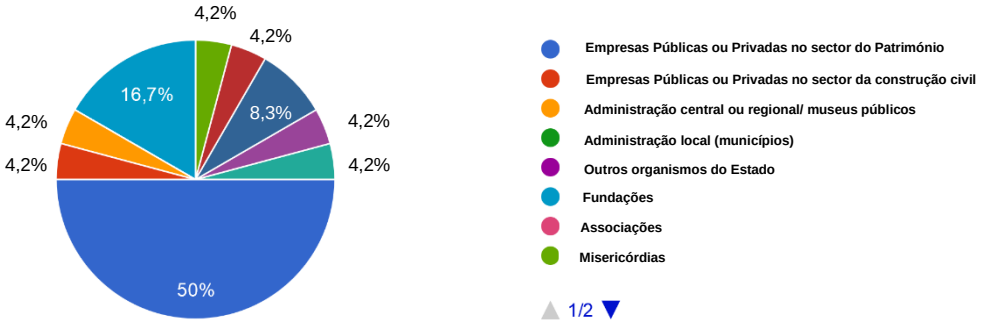
5- Tipo de contrato

24 respostas



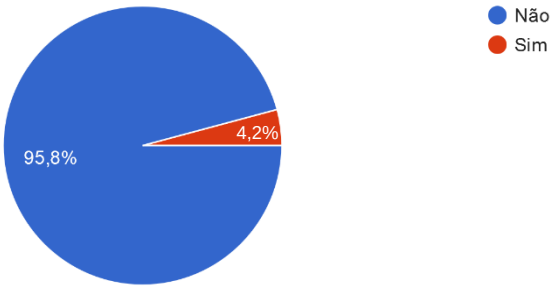
6- Sector onde desempenha a sua actividade profissional

24 respostas



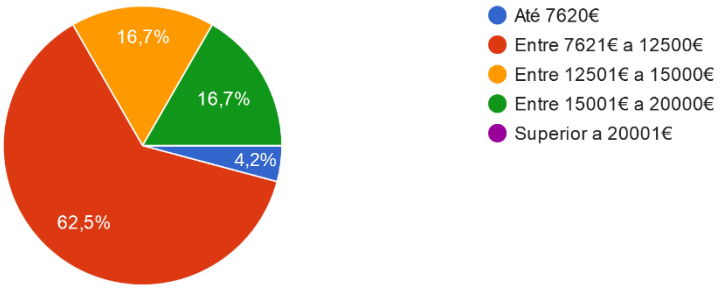
7- Tem outra actividade/fonte de rendimento a par da actividade de conservação e restauro?

24 respostas



8- Rendimento anual de 2019

24 respostas



3.2 Análise

- As respostas recolhidas reflectem uma realidade composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (75%/ 18), correspondendo os indivíduos do sexo masculino a 25% (6) das respostas. A faixa etária mais representativa situa-se no intervalo compreendido entre os entre os 31-40, correspondendo a 54,2% (11) dos inquiridos, seguidas das faixas etárias compreendidas entre os 20-30 anos e os 41-50 anos, com a mesma percentagem (20,8%/ 5). Considerando o intervalo 20-30 anos, 75% (18) dos inquiridos possuem uma idade inferior a 40 anos.

- 54,2% (13) dos indivíduos possuem licenciatura em conservação e restauro anterior ao processo de Bolonha, 33,3% (8) licenciatura e mestrado em conservação e restauro, concluídos a implementação do processo de Bolonha, 4,2% (1) apenas licenciatura em conservação e restauro no âmbito do processo de Bolonha e 8,3% (2) formação técnico profissional na área da conservação e restauro (até nível 5 QEQ).

- O vínculo laboral mais representativo corresponde a «Contrato de trabalho sem termo», recolhendo 58,3% (14) das respostas, seguido de «Contrato de trabalho a termo», com 25% (6) das respostas, e por último os «Contratos de Investigação» (bolseiros), com 8,3% (2) das respostas. Considerando o número de respostas associadas aos trabalhadores independentes (24), e os vínculos que conferem uma baixa protecção laboral (contratos de trabalho a termo, contratos de trabalho a termo incerto, contratos de trabalho temporário e bolseiros em projecto de investigação), os dados recolhidos remetem para uma realidade de trabalho na conservação e restauro, marcada pela precaridade, com 50,7% (34) de respostas enquadradas nessas categorias.

- A actividade profissional dos trabalhadores por conta de outrem desenvolve-se maioritariamente em Empresas públicas ou privadas no sector do património, tendo recolhido 50% (12) das respostas, seguindo-se as Fundações, com 16,7%.

- Refira-se o peso diminuto do sector do Estado na contratação, mais concretamente a administração central/regional e administração local, permitindo este facto concluir

pela prevalência de uma política de subcontratação (outsourcing) nesse contexto, em detrimento da existência de técnicos afectos aos serviços em permanência – com o que isto significa para a gestão do património cultural.

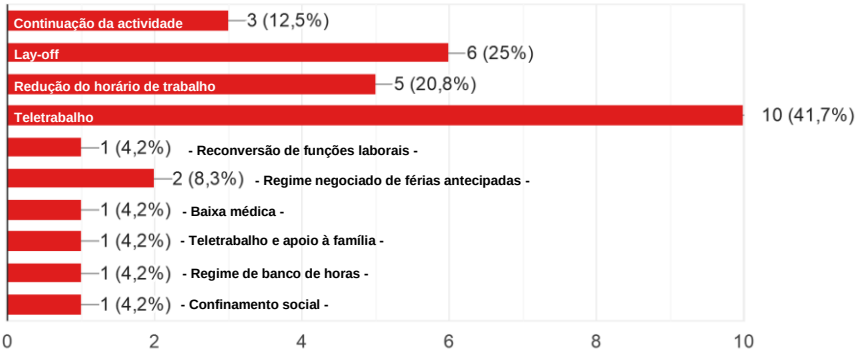
- 95,8% (3) dos profissionais que responderam ao inquérito não possuem outra actividade/ fonte de rendimento a par da conservação e restauro, e apenas 4,2% (1) possuem.

- 62,5% (15) dos inquiridos possuem um rendimento anual entre 7 621,00€ e 12 500,00€, assumindo-se esta como a categoria mais representativa. Considerando outras categorias inferiores ao intervalo em questão, 66,7% (16) dos profissionais apresentam um rendimento anual inferior a 12 500,00€, e apenas 33,3% (8) possuem rendimentos superiores a 12 500,00€ - revelando uma classe que apesar de especializada e com formação superior aufere baixos rendimentos.

3.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19

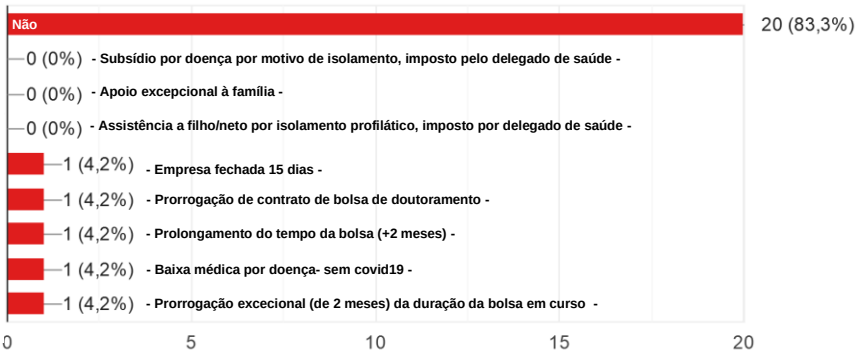
9- Impacto na actividade laboral (resposta multiopcional)

24 respostas



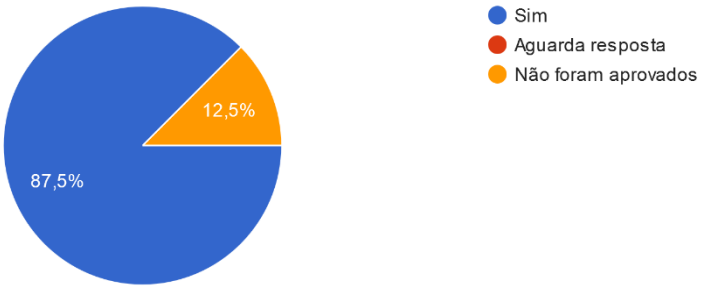
10- Beneficiou de algumas medidas lançadas pelo governo para minimizar os efeitos do impacto do “Estado de Emergência” provocado pela COVID-19? (resposta multi opcional)

24 respostas



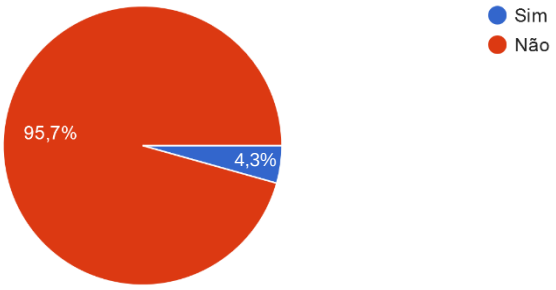
11- Os apoios previstos já foram aprovados à data do questionário?

8 respostas



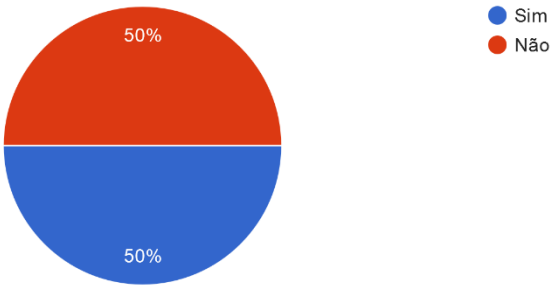
12- Utilizou este período para formação profissional?

23 respostas



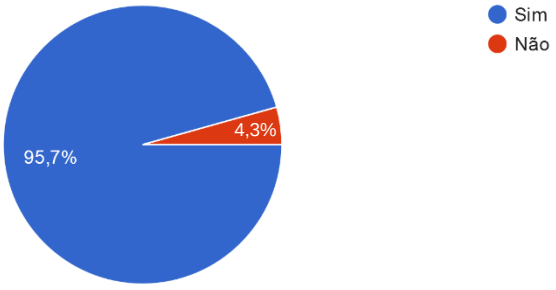
13- À data do preenchimento do presente inquérito já retomou as suas funções, no local de trabalho?

24 respostas



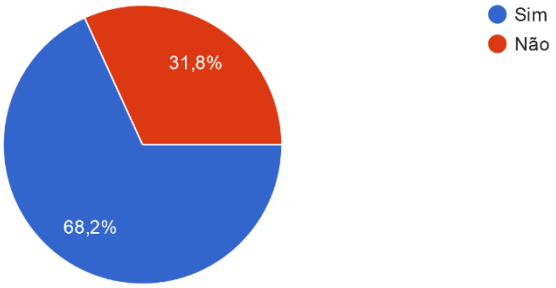
14- A instituição onde desenvolve a sua actividade profissional elaborou um plano de contingência para fazer frente aos riscos resultantes da pandemia?

23 respostas



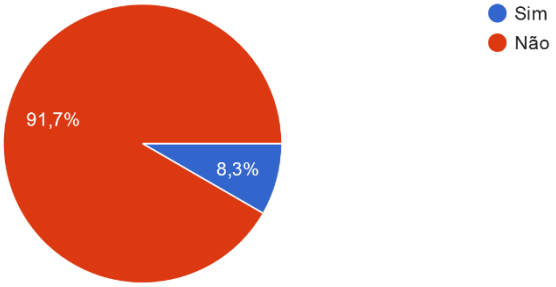
15- Em caso de resposta afirmativa na pergunta anterior, as medidas implementadas têm repercussões directas nas actividades que desenvolve?

22 respostas



16- Decorrente do impacto sofrido pela crise sanitária pensa em mudar de actividade profissional?

24 respostas



3.4 Análise

- No âmbito da **pandemia** e do Estado de Emergência que vigorou entre os meses de março e maio, 41,7% (10) dos profissionais foi colocado em teletrabalho, 25% (6) em lay-off, e 20,8% (5) sofreu redução do horário de trabalho. Na amostra de profissionais que responderam ao inquérito, apenas 12,5% (3) continuou a desenvolver a sua actividade sem limitações ou quaisquer alterações.

- No âmbito das medidas lançadas pelo governo para minimizar os efeitos do impacto do «Estado de emergência» na actividade profissional, 83,3% (20) dos inquiridos não recorreram a qualquer medida. Os apoios requeridos distribuíram-se pelas seguintes categorias: «Baixas-médicas», 4,2% (1), «Prorrogação de contrato de bolsa de doutoramento», 4,2% (1).

- À data do questionário, 87,5% (7) dos apoios requeridos já se encontravam implementados, e 12,5% (1) não foram aprovados.

- 95,7% (22) dos inquiridos não utilizou o período em que vigorou o Estado de Emergência para realizar formação profissional, e apenas 4,5% (1) utilizou o período para o efeito.

- À data do preenchimento do inquérito 50% (12) dos inquiridos havia já retomado as suas funções no local de trabalho, mantendo-se 50% (12) ainda em regimes que não de trabalho presencial.

- No âmbito da adopção de medidas para fazer frente aos riscos resultantes da pandemia, 95,7% (22) dos inquiridos referem terem sido adoptados planos de contigência por parte das instituições onde desenvolvem a respectiva actividade profissional, e apenas 4,3% (1) referem não terem sido adoptadas quaisquer medidas. Em 68,2% (15) dos casos, existiram medidas com impacto directo no desenvolvimento da actividade profissional, e em 31,8% (7) dos casos não tiveram qualquer impacto no âmbito da mesma.

- Decorrente do impacto sofrido pela crise sanitária, 91,7% (22) responderam que não pensam em mudar de actividade profissional, e apenas 8,3% (2) responderam que pensam em mudar de actividade profissional.

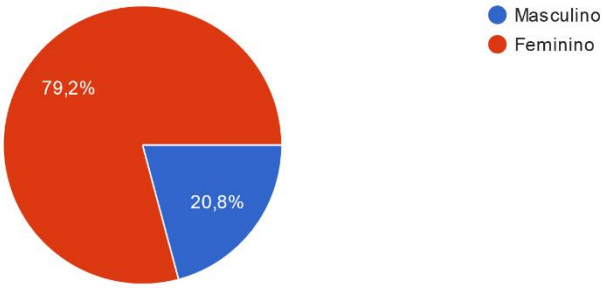
4- Trabalhadores Independentes

24 respostas

4.1 Caracterização do Sector

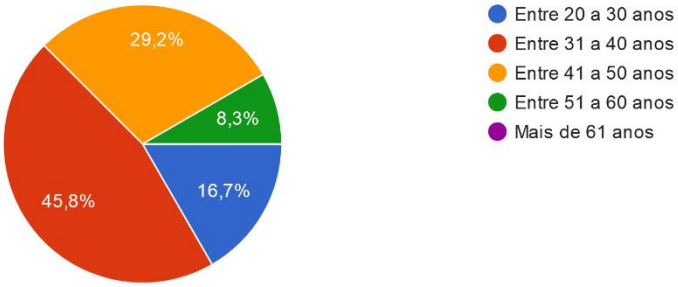
1- Sexo

24 respostas



2- Idade

24 respostas

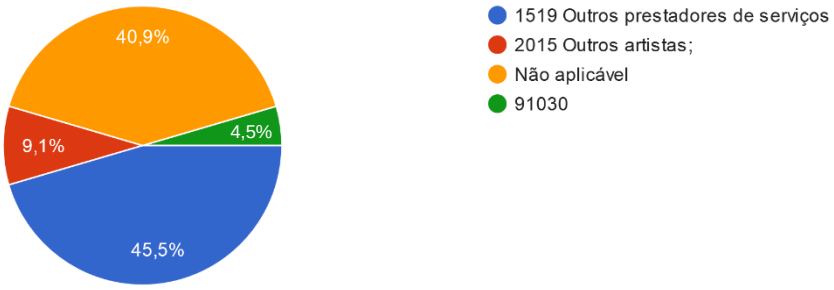


3- Habilitações

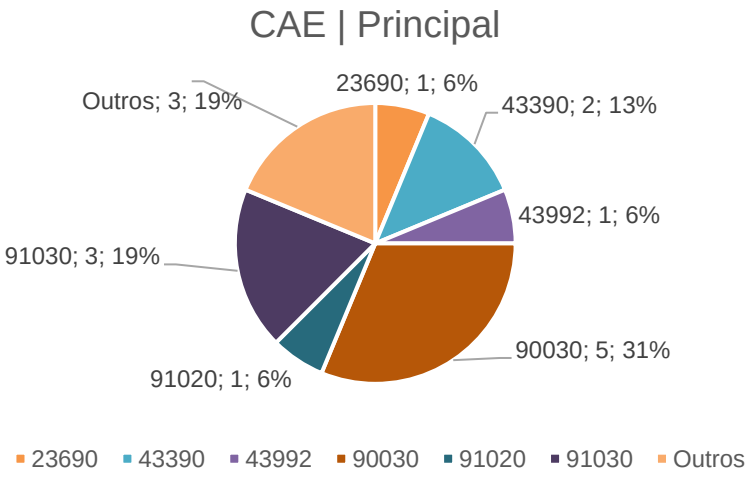
23 respostas

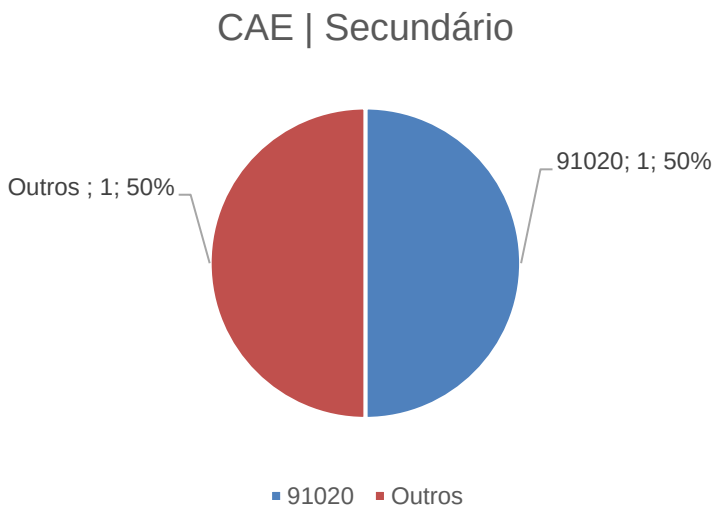
5- Indique o CIRS (se aplicável)

22 respostas



6- Indique o CAE principal, e caso tenha CAE secundário.

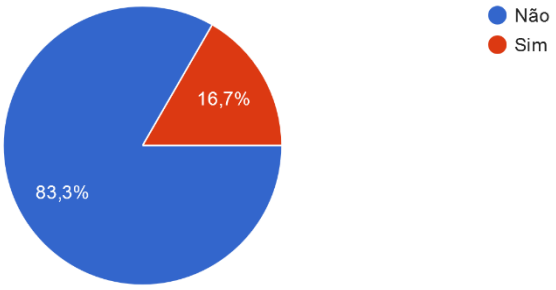




23690 - Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento **| 43390 -** Outras Actividades de Acabamento em Edifícios **| 43992 -** Outras Actividades Especializadas de Construção Diversas **| 90030** - Criação Artística e Literária | **91020** - Actividades dos Museus | **91030** - Actividades dos Sítios e Monumentos Históricos |

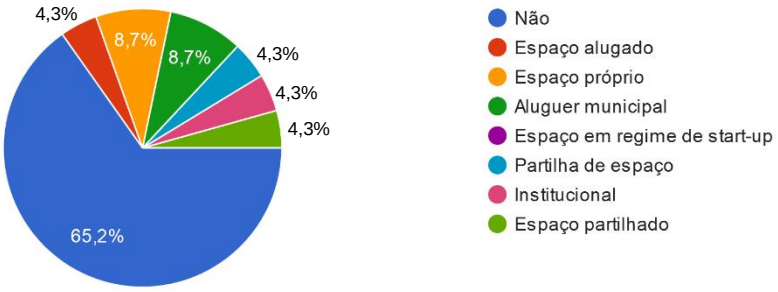
7- Tem outra actividade/fonte de rendimento a par da actividade de conservação e restauro?

24 respostas



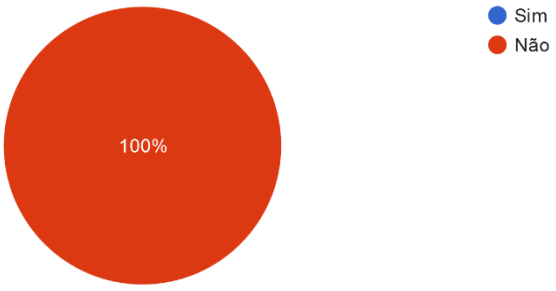
8- Tem local fixo de trabalho?

23 respostas



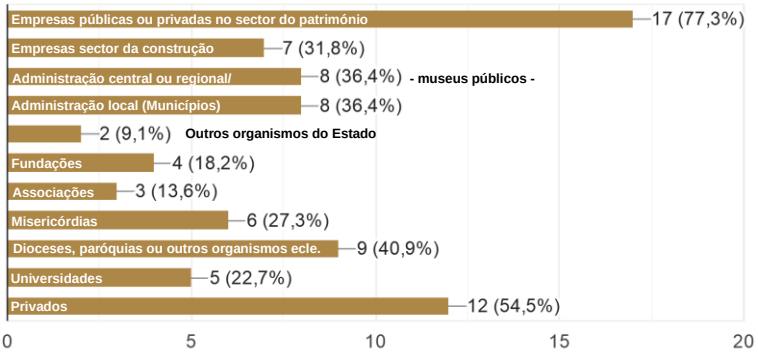
9- Indique se possui o Alvará da 10º subcategoria (restauro de bens imóveis histórico-artísticos) da 1ª categoria (Edifícios e património construído)

23 respostas



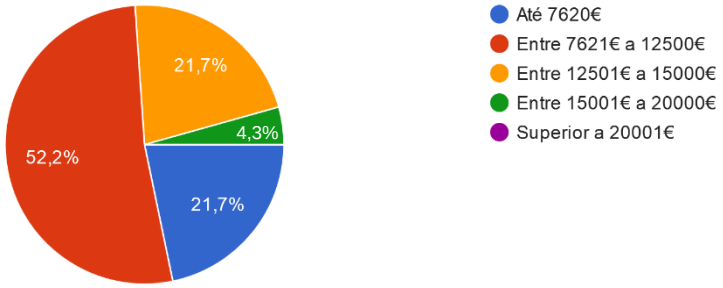
10- Tipologia de clientes principais (resposta multi-opcional)

22 respostas



11- Rendimento anual de 2019

23 respostas



4.2 Análise

- As respostas recolhidas reflectem uma realidade composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (79,20%/ 19), correspondendo os indivíduos do sexo masculino a 20,8% (5) das respostas. A faixa etária mais representativa situa-se no intervalo compreendido entre os entre os 31-40, correspondendo a 45,8% (11) dos inquiridos. Considerando o intervalo 20-30 anos, 62,5% (15) dos inquiridos possuem uma idade inferior a 40 anos.

- Não existe qualquer representatividade da faixa etária acima dos 50 anos neste segmento. Uma vez que no âmbito dos trabalhadores por conta de outrem estes indivíduos assumem um peso diminuto (4,2%), este facto poderá encontrar as seguintes justificações: abandono da profissão, constituição de empresas, ou ingresso no Estado.

- 39,1% (9) dos inquiridos possuem Licenciatura e mestrado em conservação e restauro concluídos após a implementação do processo de Bolonha, e 34,8% (8) licenciatura concluída anteriormente à implementação do processo de Bolonha. Comparando com os profissionais que desenvolvem a sua actividade no Estado, predomina entre os profissionais prestadores de serviços as formações concluídas após a implementação do processo de Bolonha, correspondendo a um total de 47,8% dos inquiridos (11) – quando considerados também os profissionais com a licenciatura, apenas, nesse âmbito. Refira-se ainda que 13% das respostas correspondem a profissionais com a formação técnica na área de conservação e restauro (até nível 5 QEQ).

- No caso dos profissionais com CIRS, 45,5% (10) surgem inscritos no código 1519 («Outros prestadores de serviços»), seguindo-se o código 2015 («Outros artistas»), com 9,1% (2), e por último o código 91030 com 4,5% (1).

- No caso dos profissionais com CAE, o código 91030 («Criação artística e literária») surge como o mais representativo, seguido do código 43390 («Outras actividades de acabamentos em edifícios»)[5].

- 83,3% (20) dos inquiridos não têm outra actividade/ fonte de rendimento a par da conservação e restauro, correspondendo a 16,7% (4) os que acumulam outras fontes de rendimento com a conservação e restauro.

- 65,2% (15) do trabalhados em regime de prestação de serviços não possuem um local fixo de trabalho, e apenas 8,7% (2) possuem espaço próprio. 25,9% (6) dos trabalhadores em regime de prestação de serviços desenvolvem a sua actividade em espaços alugados/ partilhados.

- Nenhum dos inquiridos possui alvará da 10ª subcategoria da 1ª categoria.

- A Tipologia de clientes que se assume como mais representativa, em termos de prestação de serviços, para os profissionais do regime dos trabalhadores independentes corresponde às «Empresas públicas ou privadas no sector do património», recolhendo 77,3% (17) das respostas, seguida pelos «Particulares» com 54,5% (12) das respostas, e dos sectores da «Administração central ou regional/ museus públicos», e «Administração local» que registaram 36,4% (8) das respostas.

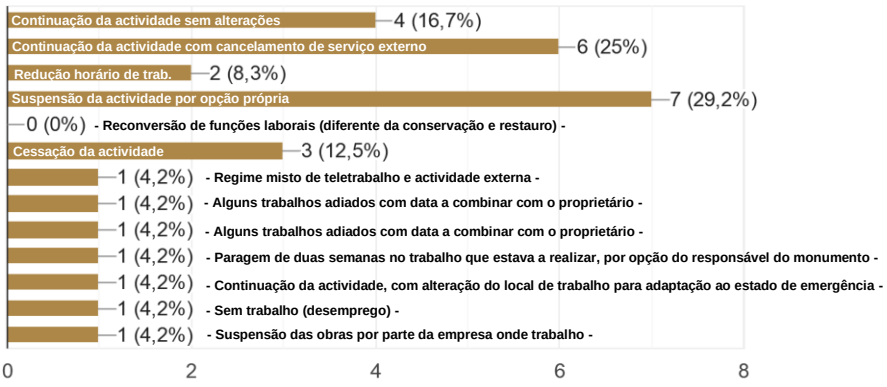
- 52,2% dos inquiridos possuem um rendimento entre 7 621,00€ e 12 500,00€, assumindo-se esta como a categoria mais representativa. Considerando outras categorias inferiores ao intervalo em questão, 73,9% (17) dos profissionais apresentam um rendimento inferior a 12 500,00€, e apenas 26,10% (6) possuem rendimentos superiores a 12 500,00€.

[5] Foram selecionados 6 CAE e 3 CIRS, tendo as actividade mais próximas do património (museus e sítios históricos) somado somente 25% das respostas. A informação recolhida em conjunto com a referente ao CIRS mostra uma força laboral completamente indefinida estatisticamente, abrangendo sectores distintos à semelhança do que se havia verificado nas empresas.

4.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19

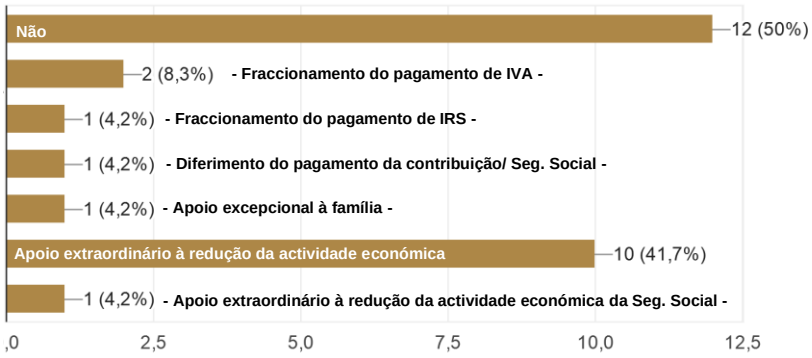
12- Impacto na actividade laboral (resposta multiopcional)

24 respostas



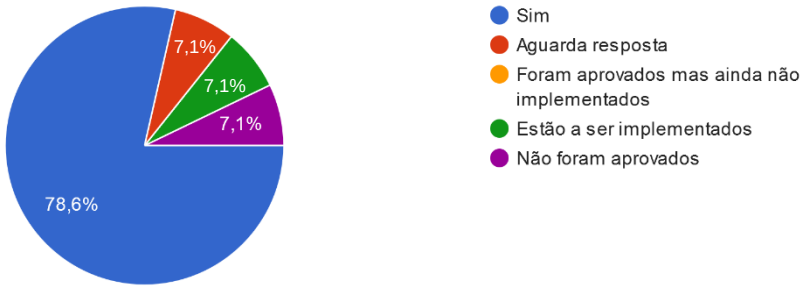
13- Recorreu a algumas medidas lançadas pelo governo para minimizar os efeitos do impacto do “Estado de Emergência” provocado pela COVID-19? (resposta multi opcional)

24 respostas



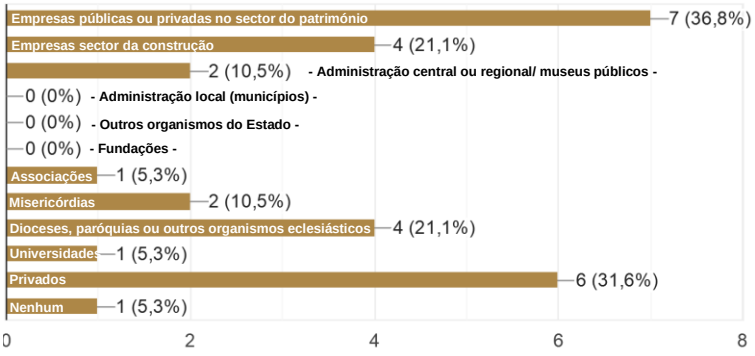
14- Os apoios previstos já foram implementadas ou aprovados à data do questionário?

14 respostas



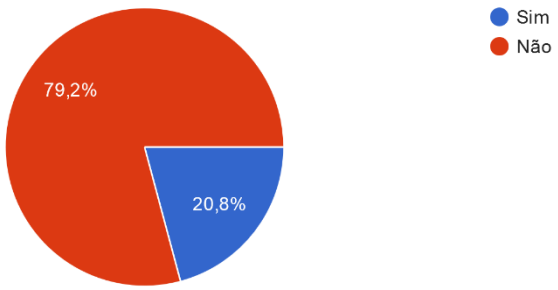
15- Tipologia de clientes principais durante o Estado de Emergência (resposta multi-opcional)

19 respostas

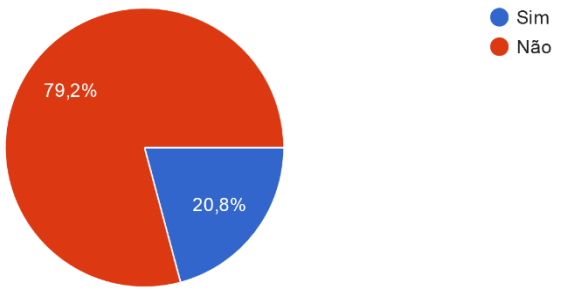


16- Utilizou este período para formação profissional?

24 respostas



17- Decorrente do impacto sofrido pela crise sanitária pensa em mudar de actividade profissional?
24 respostas



4.4 Análise

- No âmbito da **pandemia** e do Estado de Emergência que vigorou entre os meses de março e maio, 29,2% (7) dos profissionais suspendeu a actividade por iniciativa própria, 25% (6) registaram uma continuação da actividade mas com cancelamento de trabalho externo, e 16,7% (4) continuou a actividade sem quaisquer alterações. Na amostra de profissionais que responderam ao inquérito, apenas 16,7% continuou a desenvolver a sua actividade sem limitações, com 83,3% dos profissionais a reportarem suspensão ou constrangimentos associados ao desenvolvimento da mesma.

- No âmbito das medidas lançadas pelo governo para minimizar os efeitos do impacto do «Estado de emergência» na actividade profissional, 50% dos inquiridos não recorreram a qualquer medida, assumindo-se o «apoio extraordinário à redução da actividade económica» como a iniciativa com maior adesão (41,7%/ 10), seguida do «fracionamento de pagamentos de IVA» com 8,3% (2) das respostas.

- À data do questionário, 78,6% (11) dos apoios requeridos já se encontravam implementados, registando-se em apenas 7,1% (1) pronunciamento de indeferimento. 7,1% (1) dos casos encontrava-se a aguardar resposta, 7,1% (1) em fase de implementação.

- Durante o período em que vigorou o Estado de Emergência a tipologia de clientes mais representativa para os trabalhadores independentes, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, correspondeu a «Empresas públicas ou privadas no sector do património», recolhendo 36,8% (7) das respostas, seguida pelos «Particulares», com 31,6% (6), e das «Empresas públicas ou privadas no sector da construção», com 21,1% (4) das respostas. Comparando com os valores presentes na pergunta 10, conclui-se que foi nos organismos do Estado que se verificou a maior retracção na actividade, mais concretamente na administração central ou regional/ museus públicos, e na administração local, registando-se um decréscimo significativo da representatividade assumida, no período em que vigorou o Estado de Emergência (à semelhança do que se registou também, no segmentos das empresas singulares e colectivas).

- 79,2% (19) dos inquiridos não utilizou o período em que vigorou o Estado de Emergência para realizar formação profissional, e apenas 20,8% (5) utilizou o período para o efeito.

- Decorrente do impacto sofrido pela crise sanitária, 79,2% (19) responderam que não pensam em mudar de actividade profissional, com 20,8% (5) a responder que pensam em mudar de actividade profissional.

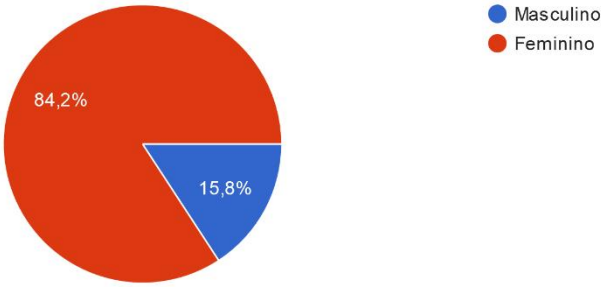
5- Trabalhadores do Estado

19 respostas

5.1 Caracterização do Sector

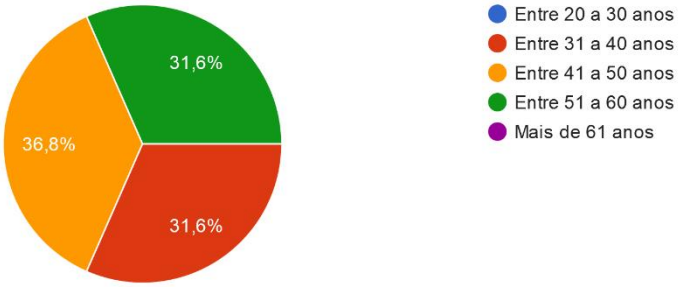
1- Sexo

19 respostas



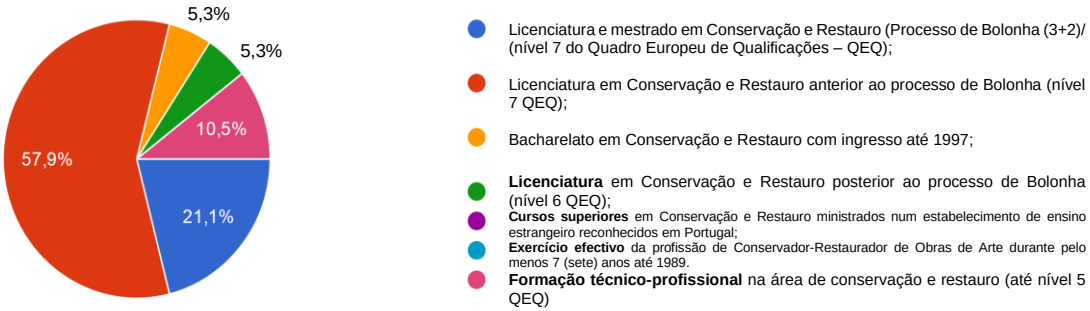
2- Idade

19 respostas



4- Habilitações

19 respostas



5.2 Análise

- As respostas recolhidas reflectem uma realidade composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (84,20%/ 16), e numa faixa etária acima dos 40 anos (68,42%/ 13) – com o intervalo compreendido entre os 51 e 50 anos a registar 36,8% (7) das respostas, e o intervalo compreendido entre os 51 e 60 anos 31,6% (6) das respostas.

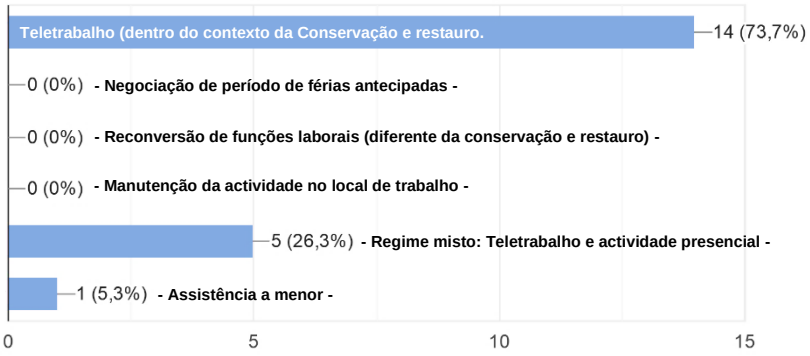
- 57,9% (11) dos indivíduos possuem licenciatura em conservação e restauro anterior ao processo de Bolonha, e 21,1% (4) licenciatura e mestrado em conservação e restauro, no âmbito do processo de Bolonha. Se considerarmos a categoria «Bacharelato em conservação e restauro com ingresso até 1997», 69,3% dos profissionais do Estado que responderam ao inquérito possuem um percurso formativo anterior ao processo de Bolonha. A formação técnico-profissional em conservação e restauro (nível 5 QEQ) possui uma representatividade diminuta neste sector, com apenas 10,5% (2) de indivíduos a surgirem enquadrados nesse contexto.

- O sector da Administração Local recolhe o maior número de respostas (57,9%/ 11), no que diz respeito ao contexto onde os inquiridos desenvolvem a sua actividade, seguido da Administração Central ou Regional (26,3%/ 5).

5.3- Impacto do “Estado de Emergência” Provocado pela COVID-19

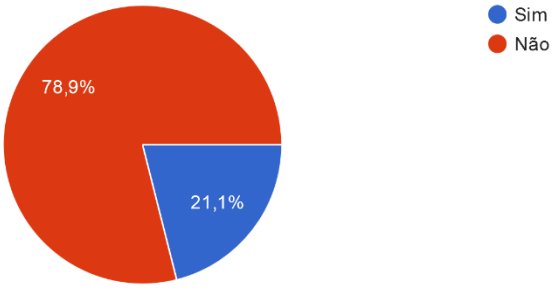
6- Impacto na actividade laboral (resposta multiopcional)

19 respostas



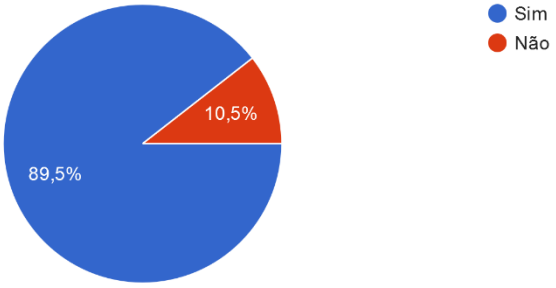
7- À data do preenchimento do presente inquérito já retomou as suas funções no local de trabalho?

19 respostas



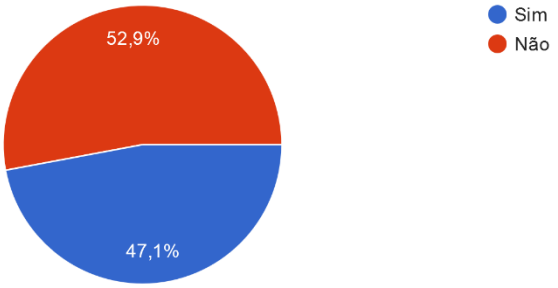
8- A instituição onde desenvolve a sua actividade profissional elaborou um plano de contingência para fazer frente aos riscos resultantes da pandemia?

19 respostas



9- Em caso de resposta afirmativa na pergunta anterior, as medidas implementadas têm repercussões directas nas funções que desempenha?

17 respostas



5.4 Análise

- Decorrente da declaração do Estado de Emergência, provocado pela COVID-19, 73,7% (14) dos técnicos foram colocados em teletrabalho, e 26,3% (5), num regime misto (teletrabalho e actividade presencial). Estes números atestam o impacto significativo no funcionamento dos serviços do Estado, nomeadamente nas intervenções de restauro e nas funções de fiscalização e acompanhamento de obras, bem como na gestão do património (museus, arquivos e bibliotecas).

- 89,5% (17) das instituições onde os inquiridos desenvolvem a sua actividade realizaram planos de contingência para fazer frente aos riscos resultantes da pandemia, e em apenas 10,5% (2) das instituições não foram realizados planos de contingência. Em 47,1% (8) dos casos, esses planos de contingência assumiram implicações nas funções desempenhadas pelos inquiridos, e em 52,9% não tiveram quaisquer implicações nas mesmas.

Agradecimentos

A direcção da Associação Profissional de Conservadores-restauradores agradece a todos aqueles que contribuíram para este documento, em especial aos conservadores-restauradores e empresas que nos fizeram chegar os inquéritos preenchidos. O nosso muito obrigado!

A Direcção da ARP
Lisboa, 28/09/2020